

1. Introdução

A literatura norte-americana recente vem produzindo trabalhos sobre uma suposta polarização partidária no país (PIERSON; HACKER, 2005; STONECASH, 2010; MANN; ORNSTEIN, 2012; LEVENDUSKY, 2009; BREWER; STONECASH, 2009; MCCARTY; POOLE; ROSENTHAL, 2006; FIORINA, 2005, 2014; SINCLAIR, 2006; LAYMAN, 2001; BLACK; BLACK, 2007), atribuindo ao Partido Democrata uma ideologia crescentemente liberal, e ao Partido Republicano, ao contrário, uma ideologia amplamente conservadora¹. A maioria dos estudos que versam sobre o assunto centra-se em análises feitas a partir de políticas defendidas pelos partidos (caracterizando-se justamente por uma oposição entre eles) e pela comparação entre as votações e proposições feitas por líderes partidários, seja no Congresso, no Executivo ou no processo de candidatura. Os dados analisados nesses estudos apontam para uma mesma conclusão, qual seja: os partidos políticos parecem estar se distanciando do centro do espectro político ao defender políticas de cunho mais extremistas, tanto no âmbito liberal (pelo Partido

Democrata), como no âmbito conservador (pelo Partido Republicano).

A crescente polarização partidária, dessa maneira, se atribuiria, na sua base, a uma “homogeneização” ideológica a que Fiorina (2014) chama de “*sorting*”. Ou seja, o Partido Republicano estaria expondo políticas de cunho consistentemente conservador em todas as esferas (social, econômica e externa, por exemplo), refletindo uma homogeneidade ideológica típica conservadora. Da mesma forma, o Partido Democrata, ao expor posicionamentos políticos típicos liberais em todas as esferas de atuação, estaria refletindo uma homogeneidade ideológica tipicamente liberal. Ao contrário de conjugar em um mesmo partido duas vertentes ideológicas distintas, como era o caso desses partidos na maior parte do século XX, o que se nota atualmente seria uma separação partidária advinda da ideologia. Assim, o conservadorismo e o liberalismo, que antes encontravam espaço (e dividiam esse espaço) em ambos os partidos nos Estados Unidos, hoje são sinônimos de um único partido: o Partido Republicano é o partido “conservador”, enquanto o Democrata é o partido “liberal”.

1 O termo “liberal” no contexto norte-americano refere-se à defesa de uma maior ingerência do governo na imposição de políticas de bem-estar social na esfera econômica e, ao contrário, o distanciamento do governo nas questões sociais e de ordem “privada”. O liberalismo, assim, posiciona-se de maneira oposta ao “conservadorismo” que defende uma menor atuação do Estado na área econômica e uma maior ingerência na área social “privada”.

Essa polarização partidária parece ainda estar dissociada com o público eleitor e com a sociedade em geral. Para Masket (2012): “Democrats as often as Republicans, take positions that are more partisan than the voters they purport to represent [...]. Extreme partisan politics – total war – [...] is the norm in the U.S. Congress”. De fato, estudos vêm demonstrando uma crescente lacuna entre as políticas defendidas pelo partidos e aquelas da sociedade norte-americana (FIORINA, 1999, 2005, 2014; FIORINA; ABRAMS, 2008). Contrário à proposição de uma divisão “cultural” norte-americana, esses estudos demonstram empiricamente que a maioria da população segue mantendo posicionamentos políticos relativamente moderados e centrais – os mesmos de três décadas atrás (FIORINA, 2005, 2014). A guerra ideológica, assim, estaria presente na arena partidária e nos seus grupos de apoio, mas não pode ser entendida como reflexo de uma polarização na sociedade.

Além do seu caráter pouco democrático (se levarmos em conta a diferença entre o posicionamento dos partidos e os da sociedade), a polarização partidária apresenta ainda um segundo paradoxo: ao invés de angariar votos com um posicionamento mais extremado, o que explicaria o posicionamento radicalizado pelo viés da abordagem racionalista, há perda de votos. Ou seja, estudos mostram que, quanto mais extremado o registro de votos de um congressista, mais chances de sofrer derrota nas próximas eleições (CANES-WRONE; BRADY; COGAN, 2002). O posicionamento extremado de líderes partidários poderia, ainda, ser entendido como uma tentativa racional de aliar-se com a base eleitoral e distrital. De acordo com Ansolabehere, Snyder e Stewart (2001), no entanto, líderes partidários e congressistas, em específico, demonstram, crescentemente, um distanciamento entre a

agenda política por eles defendida e aquela do eleitorado médio dos seus distritos. Assim, ao que tudo indica, os líderes partidários estariam intencionalmente implementando e defendendo políticas contrárias a maioria dos seus constituintes e diminuindo suas chances de sucesso eleitoral.

O crescente distanciamento entre o Partido Republicano e o Partido Democrata, bem como entre esses partidos e a sociedade em geral é um fenômeno singular (além de contemporâneo) na história dos Estados Unidos e que abre espaço para questionamentos na academia científica. Desafia, por exemplo, a noção racionalista downsiana de que partidos tenderiam a mover-se em direção ao centro do espectro político e concentrar suas propostas e programas partidários nos anseios da maioria do público eleitor. Partidos polarizados e uma radicalização ideológica autônoma questionam não só abordagens partidárias vigentes, no sentido de estratégias e objetivos do partido (já que uma maior radicalização ideológica não é sinônimo de maior número de votos), como significam também questionamentos a respeito da própria relação democracia *versus* partidos, que tipicamente enfatiza o papel positivo dos partidos para o funcionamento da democracia (SCHATTSCHNEIDER, 1942; KEY, 1958).

Assim, esse fenômeno contemporâneo estadunidense demonstra mais que uma mera conjuntura doméstica: expõe mesmo os limites de determinadas abordagens e conceitos bastante difundidos na academia científica atualmente. E é justamente por causa da insuficiência explicativa e analítica de abordagens tradicionais, como o Neoinstitucionalismo da Escolha Racional (DOWNS, 1999; BLACK, 1948; ALDRICH; 1995), que novos enfoques ascendem na academia norte-americana – entre eles, a abordagem do partido network (*party network*), também entendido como partido expandido (*expanded party*).

Resgatando a teoria dos grupos (BENTLEY, 1908; HERRING, 1968; TRUMAN, 1968; KEY, 1958), o partido network propõe uma nova abordagem no que diz respeito à composição, à organização e às dinâmicas partidárias e contribui para uma melhor compreensão do fenômeno atual de polarização partidária nos Estados Unidos. De maneira sucinta, essa abordagem redefine o significado de partido ao postulá-lo de maneira mais abrangente e holística – uma aglomeração de diferentes grupos, dentre os quais fazem parte líderes partidários, grupos de interesse, ativistas, entre outros. Tendo em vista o caráter altamente descentralizado, não hierárquico e crescentemente democratizado, os partidos nos Estados Unidos passam a ser tratados de forma a abarcar no seu conjunto não só as lideranças partidárias, mas a “base” do partido – afinal, é ela que está presente nas primárias e nas convenções nacionais (responsáveis, por exemplo, pela construção das plataformas nacionais, uma espécie de retrato ideológico do partido em um dado momento).

Não há como negar a importância de estudos mais aprofundados a respeito desse fenômeno norte-americano que questiona desde abordagens teóricas amplamente utilizadas e até noções de representação. Talvez pela primeira vez nos deparamos com um cenário político no qual ideologia, partidos e ativistas estão intimamente conectados. E talvez também pela primeira vez somos obrigados a buscar explicações que vão além da estratégia racional e da representação do eleitor mediano.

Assim, a abordagem do partido network traz consigo importantes questionamentos, problemáticas e objetos de estudo acerca dos partidos políticos que, até então, não haviam sido explorados ou dimensionados em sua to-

talidade. Essa abordagem permite, por exemplo, um entendimento mais aprofundado das várias dinâmicas que compõem os partidos. Aspectos quase negligenciados no estudo de partidos políticos, tal como ideologia, posicionamento político, rede de relacionamentos e agenda partidária, passam a ganhar espaço nessa abordagem. O partido network apresenta, ainda, uma nova concepção da relação entre determinados setores da sociedade e o sistema político, além de uma interpretação bastante pessimista sobre o elo entre partidos e democracia. Questiona pilares metodológicos e teóricos até então bastante enraizados na disciplina ao apresentar uma nova concepção de partido político que se utiliza de variados métodos de análise e permite o entendimento mais aprofundado acerca de aspectos que costumavam ser relativamente negligenciados nos estudos partidários. A utilização dessa abordagem, ao fim, implica em novos rumos e campos de estudo na Ciência Política, redefinindo mesmo o debate acadêmico.

O trabalho aqui proposto, assim, busca expor essa nova abordagem no estudo de partidos políticos, atentando para a sua base teórica e seus postulados. Faz-se inicialmente uma digressão sobre as raízes teóricas do partido network – a teoria dos grupos, e, em seguida, uma análise acerca dos seus principais postulados e contribuições para os estudos partidários.

2. A teoria dos grupos

A teoria dos grupos está inserida na abordagem pluralista da Ciência Política, e, portanto, comportamentalista. Apesar do termo “grupo” fazer parte dos relatos mais antigos de política norte-americana², uma “teoria dos grupos” é relativamente recente.

2 James Madison e Alexander Hamilton já atentavam para o “poder destrutivo” de grupos e facções no recém-formado governo norte-americano (THE FEDERALIST PAPERS, 1787-1788).

A interpretação da política através do estudo de grupos tem início na Ciência Política norte-americana com a abordagem teórica de Bentley em 1908. Posteriormente, Herring (1968), Truman (1968), Key (1958), entre outros, se utilizariam dessa teoria em abordagens mais empíricas, relacionando grupos de interesse com a política desenvolvida nos Estados Unidos na primeira metade do século XX. De maneira geral, o postulado da teoria dos grupos resume-se assim: toda a atividade política está fundada em grupos que buscam defender seus interesses em contraposição a outros grupos de interesses divergentes.

Iniciando uma nova vertente na Ciência Política, Bentley (1908) demonstra continuamente uma preocupação em estudar a política por meio de suas “forças vivas” (o “material bruto” de estudo na Ciência Política) e que podem ser resumidas em relações e atividades que ocorrem na sociedade, ou mais precisamente, *social activities*. Tanto as instituições como os indivíduos só têm sentido se estudados a partir da sociedade. O indivíduo é um ser social. Não existe em isolamento. Tampouco as instituições políticas e as ideologias; ao contrário, são a própria sociedade em ação. O estudo sobre fenômenos políticos, portanto, deve focar, primordialmente, nas “atividades sociais” como variável explicativa. É a partir das atividades desenvolvidas no âmbito social que os fenômenos políticos podem ser explicados. Assim, “The ‘relation’, i.e., the action, is the given phenomenon, the raw material; the action of men with or upon each other” (BENTLEY, 1908, p. 176).

Conforme as atividades sociais ocorrem, grupos se formam e vão distinguir-se dos outros justamente pela atividade desempenhada. A sociedade nada mais é do que uma multidão de grupos que a compõe. Grupo, nesse sentido, não é sinônimo de um

agregado de indivíduos selecionados por algum recorte físico ou geográfico, mas, sim, uma *mass activity*. Por ser uma atividade em “massa”, nada impede que o indivíduo faça parte de diferentes grupos ao mesmo tempo. Visivelmente, a preocupação de Bentley está na “atividade”. O grupo é isso: um aglomerado de indivíduos agindo. “It is first, last, and always activity, action, something doing” (Ibidem, p. 176). O material de estudo de um cientista político, nesse sentido, está nessas atividades. Estas, no entanto, não existem sozinhas. São resultados de grupos de indivíduos que, ao se relacionarem, produzem certas ações – seja na fala, na escrita, no discurso, na proposição de uma lei, entre outros.

Para Bentley, não existe grupo sem interesse. “Interesse” e “grupo” podem ser usados de maneira equivalente, já que um não existe sem o outro: “There exists only the one thing, that is, so many men bound together in or along the path of a certain activity” (Ibidem, p. 212). Essa atividade, no entanto, tem um interesse. A própria direção pela qual o grupo se move tem um interesse. O “interesse”, entretanto, não deve ser restringido a aspectos econômicos. Deve ser abrangente e perceber todos os aspectos da vida social. Por fim, não se pode entender os interesses de grupos salvo em comparação ou em relação a outros grupos. O grupo não existe em isolamento, nem tampouco o interesse que o caracteriza. Todos os grupos estão inseridos em relações sociais, com interesses e atividades que só podem ser compreendidos se levados em conta o meio social em que estão inseridos, ou seja, os outros grupos.

Assim como na sociedade, a política também pode ser percebida como um complexo onde vários grupos atuam, se relacionam e possuem diferentes interesses. Executivo, legislativo, judiciário, partidos e

opinião pública são grupos. Cada um deles representa, por sua vez, um ou mais grupos que se constroem e se pressionam mutuamente. Assim, a política é sempre um fenômeno de “pressão”. A pressão exercida por diferentes grupos é constante e indica os avanços e recuos entre eles. Inclui todas as formas de influência de um grupo contra o outro, desde uma luta física ou discursos abstratos referentes à moralidade (Ibidem, p. 258-259). Assim,

all phenomena of government are phenomena of groups pressing one another, forming one another, and pushing out new groups and group representatives (the organs or agencies of government) to mediate the adjustments. It is only as we isolate these group activities, determine their representative values, and get the whole process stated in terms of them, that we approach to a satisfactory knowledge of government (Ibidem, p. 269).

Para se entender determinados fenômenos políticos, portanto, é necessária a compreensão dos interesses (na forma de atividades) de grupos que compõem esses fenômenos ou os influenciam. O nível de análise a que Bentley pretende seguir, então, é o menor possível de observação, qual seja, as atividades desenvolvidas por indivíduos que fazem parte de determinados grupos. O interesse nada mais é do que a atividade do grupo propriamente dita. Assim, não existe o fenômeno em separado do grupo e tampouco pode ser observado salvo nas atividades que os membros desempenham.

A contribuição de Bentley para a Ciência Política não deve ser menosprezada. Em um momento no qual o foco dos estudos concentrava-se em aspectos formais do governo, tal como o desenho institucional e a engenharia constitucional, Bentley atenta para a importância de se entender a política tal como a observamos. E, para ele, o que se observa são grupos com interesses diferentes que interagem e se influenciam mutuamente.

A partir desse trabalho, a abordagem dos grupos entra na Ciência Política e seria, mais tarde, retomada e expandida por outros autores, em especial por David Truman.

Truman (1968) apropria-se de conceitos básicos sociológicos desenvolvidos por Bentley e utiliza-os de forma mais direcionada ao estudo da política, tendo como base exemplos empíricos fundamentados nas associações norte-americanas. Assim como em Bentley, a vertente sociológica está presente na sua análise: o homem é visto como um ser social, presente sempre em associações com outros homens. Além disso, atenta que as dinâmicas dos grupos estudados (em sua maioria, associações) não demonstram ser essencialmente diferentes por serem esses grupos rotulados como “políticos”. Tanto os “grupos políticos” como os “grupos sociais” apresentam os mesmos padrões e regularidades, ou seja, um grupo que atua na política tem as mesmas origens, estruturas e operações que um grupo que atua no âmbito social, estritamente. No entanto, grupos de interesse que atuam na política se diferenciam dos outros justamente por sua relação e conexões com as instituições formais do governo (TRUMAN, 1968, p. ix).

Um grupo não significa, nesse enfoque, um aglomerado físico de pessoas, tampouco pode ser definido como uma massa de indivíduos que possuem a mesma característica. A influência que uma família exerce nos seus membros, produzindo determinado tipo de comportamento, não está vinculada às características físicas semelhantes ou ao sobrenome idêntico que possuem – a sua influência é resultado das relações frequentes que os indivíduos mantêm uns com os outros. Assim, um grupo é um aglomerado de indivíduos que compartilham de uma mesma característica mas que interagem continuamente. O fator principal, no entanto, é a interação

regular, e não a característica semelhante: “These interactions, or relationships, because they have a certain character and frequency, give the group its molding and guiding powers. In fact, they are the group, and it is in this sense that the term will be used” (Ibidem, p. 24).

A partir da interação nos grupos formam-se normas e atitudes compartilhadas por todos. Essas normas e atitudes comuns resultam em certos “padrões de referência” de interpretação e avaliação do mundo ao seu redor. Em um determinado momento, um grupo pode, por conta dos padrões de referência desenvolvidos, demonstrar atitudes compartilhadas com relação a alguma necessidade ou desejo em uma determinada situação – geralmente traduzida em reivindicações sobre outros grupos da sociedade. Nesse caso, o grupo se torna um grupo de interesse. Grupo de interesse, assim, refere-se a qualquer grupo que, “on the basis of one or more shared attitudes, makes certain claims upon other groups in the society for the establishment, maintenance, or enhancement of forms of behavior that are implied by the shared attitudes” (Ibidem, p. 33-34). O “interesse”, nesse sentido, refere-se às próprias atitudes compartilhadas pelos membros. Qualquer grupo que faça reivindicações a outros na sociedade pode ser considerado, portanto, um grupo de interesse. Quando essas reivindicações são feitas, entretanto, diretamente às instituições do governo, o grupo passa a ser considerado um grupo de interesse “político”.

Os grupos de interesse político objetivam acesso na política para implementar suas demandas. Existem inúmeros pontos de acesso para um grupo de interesse, o partido político é apenas um deles, ainda que um dos mais importantes (Ibidem, p. 265). São vários os fatores que afetam o

acesso de um grupo de interesse no partido – especialidade do grupo em um determinado assunto, conjunturas externas que demandem a atenção de um partido para esse grupo, os recursos financeiros que o grupo pode trazer, o número de votantes do grupo, entre outros (Ibidem, p. 265). Uma vez com acesso, o grupo pode vir a influenciar no partido de várias maneiras, seja diretamente com membros do legislativo na proposição ou na rejeição de alguma lei, seja no executivo, caso o partido em questão seja o representante no momento. No entanto, os grupos buscam ainda influenciar em vários estágios da eleição, seja ela nacional ou local. Tendem a influenciar, portanto, nas nomeações, declarações de política (plataformas) e campanhas eleitorais de um ou mais partidos (Ibidem, p. 319). Os grupos de interesse, nesse sentido, são parte intrínseca e permanente da política. Mais especificamente, as relações que se travam entre grupos institucionais e grupos de interesse são, assim, o “weft of the fabric” (Ibidem, p. 46) no que diz respeito ao sistema político.

A obra desenvolvida por Key (1958) também compartilha da abordagem iniciada por Bentley (1908), no entanto, traz aspectos institucionais importantes na relação entre partidos políticos e grupos de interesse (também chamados de grupos de pressão). Sua análise difere dos autores supracitados por ser menos teórica e mais empírica, buscando dados e estimativas que corroboram para o seu argumento. Ainda que se utilize das ferramentas dadas por autores como Bentley (percebe o grupo como uma unidade de análise e como responsável por determinar normas e padrões de comportamento; a sociedade como um sistema composto de relações complexas desenvolvidas em grupos; e a política como o resultado de interações entre indivíduos e suas coletividades), o foco de Key está nos aspectos institucionais dos

grupos, sejam eles os de interesse ou os partidos políticos. Assim, analisa instituições, em especial as regras e a estrutura organizacional dos partidos, bem como exemplos típicos de grupos de interesse, tendo em vista suas emergências, lideranças, interesses, táticas de influência e relação com a política. O objetivo de Key, assim, está no estudo da política norte-americana através de uma análise do aparato institucional que dela faz parte: partidos, grupos de pressão, processos eleitorais e poderes representativos.

O partido, como principal “instrumento” da democracia (KEY, 1958, p. 22), é o cerne que abriga todos os outros aparatos institucionais. Relacionando partidos e grupos de pressão, Key argumenta que uma característica intrínseca da política norte-americana está no fato de que associações e organizações privadas tendem a dominar os partidos políticos e forçar uma determinada agenda política, de interesse próprio (Ibidem, p. 23). Geralmente, esses grupos não procuram responsabilidades diretamente para si na condução da política. Preferem, assim, influenciar na nomeação e na eleição de um candidato de um ou mais partidos do que indicar um candidato próprio. Podem utilizar-se de lobby ou de atividades de propaganda e, ainda que busquem ostentar o status de *non-political*, estão engajados diretamente na política (Ibidem, p. 79).

O sistema político, assim, é extremamente dinâmico e é essa dinâmica que causa a emergência de certos grupos e o enfraquecimento de outros. O percurso que ocorre na sociedade para que um grupo de interesse emergja é geralmente o mesmo: inicialmente um descontentamento de determinado setor (não necessariamente descontentamento econômico) que resulta em agitação política. Essa agitação toma forma de um movimento e, posteriormente, já com uma liderança clara,

torna-se um grupo. As demandas do setor descontente, sob a liderança desse grupo, resultam nas demandas por determinadas ações governamentais. Demonstrando simetria com Truman (1968), o que define um grupo na concepção de Key, portanto, são as atitudes compartilhadas entre indivíduos diante de um determinado fator. Essas atitudes, ao fim, são o que constituem o “interesse” do grupo: “Shared attitudes are the building blocks of groups. Those attitudes may, to be sure, be about some objective economic concern but they may also rest on beliefs, aspirations, memories, prejudices, generosities, hatreds” (KEY, 1958, p. 124).

Para Key, ambos os grupos de pressão e os partidos políticos são grupos informais e organizações extraconstitucionais nos quais o sistema democrático norte-americano apoia seus alicerces principais. Estão, ainda, intimamente interligados. Em um extremo situam-se os grupos de interesse que preferem trabalhar diretamente com o legislativo ou o executivo, deixando em segundo plano a relação direta com os partidos. No outro extremo, estão os grupos de interesse que operam “in the closest communion” com um ou outro partido político (Ibidem, p. 171) e que, mesclando os papéis com esse último, assumem o controle partidário. Nesse caso, o partido é tão somente uma “máscara” para o grupo de pressão (Ibidem).

A obra de Herring (1968), por fim, compartilha de certos postulados típicos da teoria dos grupos: entende o indivíduo como um ser social presente em diversos grupos, dentro dos quais as suas visões de mundo e interesses são moldados, e percebe a sociedade e a própria política como espaços compostos por diversos grupos que se diferenciam por conta dos seus interesses e objetivos próprios. Distinguem-se, no entanto,

em certos aspectos, justamente aqueles nos quais a abordagem do partido network atualmente se debruça.

Em primeiro lugar, Herring aponta para o papel que grupos formais (associações e organizações) desempenham na condução da política norte-americana, seja no Legislativo, Executivo, ou Judiciário. Trazendo listagens de grupos nacionais cuja sede situa-se em Washington, Herring atenta para a relação de simbiose entre grupos e governo, e conclui que não se pode entender a condução da política sem levar em conta os grupos que dela fazem parte.

Os partidos políticos, nesse sentido, longe de serem entidades autônomas na condução das suas políticas e escolha de candidatos, são arcabouços institucionais que aceitam e organizam a coalizão de diferentes grupos e dos seus respectivos interesses, inclusive servindo de base para a candidatura de membros desses mesmos grupos. Serve, assim, como uma força organizadora que gerencia as suas políticas e os seus candidatos em função dos grupos que ali pressionam e operam, buscando como recompensa, no entanto, um maior número de votos. Assim, argumenta:

The political party in the past has been the recognized agency through which the voter acted to have the government adopt one polity or reject another. It is still the chief agency, but it is not the organization that initiates programs or creates policies. It is the mere broker that accepts the planks of organized interests that promise to insure the most votes (HERRING, 1929, p. 46).

Em segundo lugar, e em decorrência dessa primeira característica exposta, a governança através de partidos políticos significa o controle do governo por diferentes e alternados grupos (Ibidem, p. 55). Considerando-se que cada grupo possui um

interesse próprio (Bentley, 1908) e, portanto, não necessariamente reflete o interesse da maior parcela da população (o “bem comum”), o sistema político que daí decorre não se apresenta necessariamente como o mais democrático possível. O governo representativo, nesse sentido, mostra-se como um governo que representa alguns setores da sociedade, geralmente os grupos que ali operam em simbiose com os braços do governo e com as suas organizações extraconstitucionais, como os partidos políticos. O congressista, o presidente e partido político de maneira geral, não são, portanto, os representantes da maior parcela da sociedade e do “bem comum”, mas de determinados grupos e dos seus interesses.

A teoria dos grupos, assim, ao propor uma análise mais sociológica do estudo da política, atentando para as relações e atividades desempenhadas por indivíduos imersos em grupos com interesses próprios, trouxe para a academia uma preocupação com os aspectos nem sempre tão visíveis que caracterizam essa área de estudos. Nessa abordagem, a condução da política é entendida de maneira mais abrangente, incluindo atores outros que não meramente os líderes partidários, candidatos eleitos ou *public office holders*, postulado que é resgatado atualmente e que serve como base teórica da abordagem do partido expandido.

3. O partido network (ou partido expandido)

A teoria dos grupos teve um apogeu relativamente curto na Ciência Política norte-americana – a partir de fins da década de 1960, estudos com esse viés passariam a ser mínimos. Recentemente, entretanto, em função de insuficiências analíticas e empíricas dos enfoques utilizados no estudo de par-

tidos, em especial a respeito da dificuldade das abordagens vigentes em explicar a crescente polarização partidária e distanciamento em relação ao eleitor “mediano” (FIORINA, 1999), a teoria dos grupos foi resgatada através da abordagem recente do partido network (ou partido expandido). Com um viés mais científico e empírico que a teoria dos grupos, essa abordagem tem início com o estudo de Schwartz (1990) sobre a composição e organização do Partido Republicano a nível estadual.

O partido network percebe o partido de maneira abrangente e holística, fazendo parte dele atores outros que não só os *office holders*. Nessa abordagem, o partido é composto tanto por *insiders* – líderes partidários e políticos profissionais, por exemplo – como por *outsiders* (ou *intense policy demanders*) – grupos de interesse, ativistas, *think tanks*, mídia, entre outros. Assim, “groups of organized policy demanders are the basic units of our theory of parties” (BAWN et al., 2012, p. 575). E é justamente esse ponto o que diferencia essa abordagem da teoria dos grupos anteriormente difundida. Ao contrário do postulado desenvolvido por Bentley e Truman, os “grupos de interesse” não devem ser vistos em separado do partido. Como já atentavam, timidamente, Key e Herring, esses grupos, por vezes, se mesclam com os partidos de tal forma que uma distinção entre eles seria impossível.

A abordagem do partido expandido possui como alicerces os mesmos postulados desenvolvidos na teoria dos grupos: percebe o indivíduo como um ser social, imerso em redes de relações, essas relações tendem a formar grupos baseados em determinados interesses e características, esses grupos, por fim, podem buscar impor uma determinada agenda na política que vá ao encontro dos seus interesses – nesses casos, o veículo utili-

zado pode ser o partido político. O partido expandido, no entanto, difere-se da teoria dos grupos em dois pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, ao contrário da teoria dos grupos que buscava entender não só a política, mas a sociedade em geral, através das lentes dos grupos, essa nova abordagem, como o nome já diz, centra-se exclusivamente nos partidos políticos e, como já foi mencionado anteriormente, os conceitua de maneira distinta da abordagem anterior. Assim, possui um viés mais enxuto e centrado contando com determinadas metodologias e técnicas de análise que vão desde reconstrução histórica através de análise bibliográfica, até o estudo de redes de relações por meio do uso de técnicas e programas informacionais de análise de *network*.

Em segundo lugar, grupos (sejam ativistas, associações, organizações, grupos de interesse etc.) não são vistos de maneira desassociada com o partido político. Há uma relação de simbiose entre os *insiders* (líderes partidários formais) e grupos e indivíduos considerados até então *outsiders*. No momento em que os grupos (sejam eles grupos de interesse, ativistas, ou organizações), adentram no espaço do partido utilizando-se dele para definir programas de governo e nomeações, por exemplo, já não podem mais ser considerados componentes externos e, portanto, fora da caracterização do partido em questão. Para Cohen et al. (2008, p. 33), “political scientists typically treat politicians as separate from the groups that back them to office, but the separation becomes somewhat artificial if, as groups might like to do, they choose politicians from their own group”. Assim, a divisão anterior feita pela teoria dos grupos que considerava o partido em separado dos grupos (um era responsável pela condução direta da política, enquanto o outro buscava unicamente pressionar uma determinada agenda na política) não se sustenta nessa nova abordagem: não há uma separação de papéis.

É importante mencionar que o partido expandido nasce em um momento em que as teorias então vigentes, em especial o neoinstitucionalismo da escolha racional, não conseguem explicar adequadamente o crescimento da polarização partidária e da “guerra ideológica” partidária que se segue. Como já foi mencionado, estudos mostram que, além de nociva para a reeleição, a radicalização ideológica não encontra ressonância na sociedade, o que indicaria um paradoxo: se o partido existe para que indivíduos possam se eleger, e se os dirigentes partidários buscam como objetivo principal a eleição, conforme postula a teoria da escolha racional, como explicar a situação atual estadunidense?

Nesse sentido, é necessário registrar aqui o debate feito na academia norte-americana sobre uma suposta “fragilidade” e “enfraquecimento” dos partidos políticos justamente no mesmo período em que a abordagem racionalista ganha espaço (BRODER, 1972; MAYHEW, 1974). É fato que determinadas reformas, como a McGovern no que diz respeito à nomeação de candidatas, bem como a recente BCRA, que limita os recursos partidários³, enfraquecem o partido, se o considerarmos estritamente a partir de lideranças formais. A abordagem da escolha racional, nesse sentido, casa muito bem com essa relegação do partido para um segundo plano. Ao focar no indivíduo, em especial, nos líderes partidários, dispensa ao partido um espaço de mero coadjuvante na disputa eleitoral. A visão *candidate centered*, assim, nutre-se diretamente do suposto enfraquecimento dos partidos políticos.

O partido network ganha espaço na academia a partir desse contexto e atua “contra a maré”. Ao contrário da corrente *candidate centered*, postula uma abordagem que visa ser *party centered*. Ao contrário de entender o partido como um reflexo de lideranças formais, o conceitua como um aglomerado de indivíduos e grupos de indivíduos que mantêm relações entre si, portanto engloba um escopo muito maior de atores partidários: o objetivo é estudar “o partido” e não os “líderes partidários”. Por fim, ao contrário de perceber certo enfraquecimento dos partidos, os postula como organizações “robustas” (SCHWARTZ, 1990, p. 283-284) e adaptativas, e que mesmo em face de novas e restritivas regras, como no caso do BCRA, são capazes de criar “válvulas de escape” a partir das mais variadas formas – inclusive criando “braços” externos, como no caso dos comitês 527’s (SKINNER; MASKET; DULIO, 2013).

Os estudos centrados nessa abordagem já são vários e abarcam diversos acadêmicos. Schwartz (1990), uma das pioneiras, é responsável por um estudo a partir de entrevistas e análise de redes feito a nível estadual a respeito da organização do Partido Republicano atentando para os diferentes atores e grupos na condução das plataformas, nomeações e eleições internas do partido. Já Feinstein e Schikler (2008) e Baylor (2013) demonstraram empiricamente a influência e o papel de determinados grupos e ativistas sociais na mudança de posicionamento do Partido Democrata ante o problema dos *Civil Rights*, contrariando, assim, a visão *candidate centered*

3 A reforma McGovern (1972) retirava das mãos dos dirigentes partidários a decisão de nomeação e passava para o eleitorado em lista fechada ou aberta, conforme especificações de cada estado. Já o Bipartisan Campaign Reform Act (2002) proíbe o recebimento e distribuição dos *soft money* por partidos políticos.

prevalente até então que condicionava a mudança de posicionamento político do partido a certas lideranças⁴. Concernente a esse mesmo tópico, Noel (2012a) apresenta uma série de evidências a respeito do papel fundamental de determinados *think tanks* e grupos de intelectuais no debate acerca do fim da escravidão no século XIX e do movimento *Civil Rights* no século seguinte. Bawn et al. (2012), Noel (2012b), Masket (2012) e Cohen et al. (2008), por sua vez, atentam para o papel de grupos e ativistas sociais na condução da nomeação de candidatos às eleições nacionais. Da mesma forma, Herrnson (2009) faz um estudo detalhado sobre a atuação e o papel decisivo das diferentes coalizões em eleições partidárias. Heaney et al. (2012) expõem as redes de relações entre delegados e organizações consideradas tipicamente como “extra partidárias” nas convenções dos partidos norte-americanos, atentando para o partidarismo dessas organizações e, conseqüentemente, a polarização delas. Dominguez (2005) e Koger, Masket e Noel (2009) utilizam-se de técnicas de análise de *network* para verificar, respectivamente, a relação e a atuação entre determinadas organizações e grupos de interesse referente aos partidos Democrata e Republicano e a troca de informações entre organizações, *think tanks* e associações com relação aos partidos citados. Bernstein (2005) foca nas disputas entre diferentes grupos (facções) na condução da organização e do posicionamento dos partidos políticos. De maneira similar, Masket (2007) atenta para a influência direta de organizações, grupos e associações na condução da política no legislativo da Califórnia. Por fim, Skinner, Masket e Dulio (2013) observam o papel

dos “comitês 527” na arrecadação e distribuição de orçamento para os partidos Republicano e Democrata, considerado um “braço externo” dos partidos políticos nos Estados Unidos. A lista de trabalhos cuja abordagem reside no partido network é extensa e, obviamente, não se resume a esses poucos trabalhos. Ainda que se enfatizem temas e instâncias diversas, todos eles partem da mesma concepção, qual seja, o partido político atualmente nos Estados Unidos não pode ser caracterizado em termos de lideranças formais cujo objetivo único é a eleição.

Em todos os estudos feitos supracitados, há o entendimento de que o partido deve ser visto de maneira mais abrangente, abarcando não só líderes partidários, formalmente considerados parte do partido, mas também as diversas organizações, associações, ativistas, grupos de interesse e *think tanks*. Considerados *intense policy demanders* (IPD), ou *informal party organization* (IPO) esses grupos não atuam “do lado de fora” do partido, mas são, também, os responsáveis por dar forma a ele. Fazem parte do processo de nomeação, possuem candidatos próprios, participam da construção de plataformas, financiam e divulgam o partido etc. Para Cohen et al. (2008, p. 30), os IPDs podem ser definidos a partir de três características: “They are (1) animated by a demand or set of demands; (2) politically active on behalf of their demands, and (3) numerous enough to be influential”. Uma organização formal, assim, está geralmente presente, mas não é necessária. Para a abordagem do partido network esses *intense policy demanders* são a base do partido, ainda que os líderes partidários sejam os mais visíveis.

4 Essa percepção canônica, até então, diz respeito aos estudos de Carmine e Stinson (1986 e 1989).

3.1. O partido network como uma nova abordagem nos estudos partidários

Os partidos políticos já foram definidos nas mais diversas formas. Para Burke (1899), é um conjunto de indivíduos unidos por algum determinado princípio. Para Schumpeter (1961), é um grupo no qual os membros se propõem a agir de maneira concertada na busca pelo poder. Para Downs (1999), é um time de indivíduos que compartilham de um mesmo objetivo, qual seja, controlar o *apparatus* governamental através de cargo público. Já para Aldrich (1995), partidos são criaturas de candidatos e *office holders*. Na maioria dos casos, conforme Bawn et al. (2012) e Bernstein (2005), a análise dos partidos está centrada não no partido, mas em indivíduos: “Ultimately, these are theories of politicians, not parties” (BERNSTEIN, 2005, p. 3). Para Masket (2012), o que se fez na academia foi entender os partidos através da compreensão das motivações dos indivíduos, quando o contrário deveria ter sido o foco – entender as motivações dos indivíduos através da compreensão do partido: “politicians, if anything, are the creatures of parties” (MASKET, 2012, p. 189).

Um estudo desenvolvido na Califórnia por esse mesmo autor, demonstra que, a nível local, a organização e estrutura partidária é composta por uma aliança informal entre líderes partidários, ativistas, candidatos e grupos auto-interessados que atuam desde os processos de nomeação, até a defesa e a rejeição de políticas na arena legislativa. Esses IPDs “are the heart, soul, and backbone of contemporary political parties” (MASKET, 2012, p. 9). Da mesma forma, Schwartz (1990), ao analisar o Partido Republicano

no estado de Illinois, define sete atores principais na condução e na caracterização do partido: senador do estado, representantes do estado, senador, governador, conselheiro, grupo de interesse e contribuinte financeiro: “That is the party core, the actors whose identities and activities define the Republican Party” (SCHWARTZ, 1990, p. 75). De fato, conforme estudo desenvolvido por Masket (2007), os IPDs detêm um papel importante não só na condução de políticas partidárias, mas na própria organização e forma do partido. Quando determinadas regras negam acesso a esses *outsiders* (como o caso da Cross-Filling⁵), o que se verifica são líderes partidários cada vez menos partidários. Ou seja, se os indivíduos e grupos formalmente fora do partido político deixam de atuar nele por vontade própria ou por regras institucionais, os *legislators* vão preferir apartidarismo e a condução de políticas centristas (MASKET, 2007). O estudo, assim, conclui que aqueles que controlam o processo de nomeação dominam e conduzem o partido. “These true party leaders – the activists, the bosses, the interest groups – determine the raw materials out of which chamber leaders assemble legislative parties” (Ibidem, p. 495).

O que esses estudos buscam demonstrar a partir de experiências e enfoques diferentes, é que a condução da política norte-americana não é feita de maneira tão simples e nem pode ser entendida na sua totalidade se basearmos nossos estudos em lideranças políticas e partidárias unicamente. O que esses trabalhos sugerem, ao contrário, é que os atores principais e mais importantes na condução do partido e da própria política norte-americana nem sempre são os mais vi-

5 A Cross-Filling (1914-1959) limitava o processo de nomeação de candidatos aos líderes partidários formais no que diz respeito à legislatura da Califórnia.

síveis. Juntos, esses trabalhos apontam para uma tentativa diferenciada no entendimento de partidos políticos que, apesar de um pouco mais dificultosa (haja vista que não se limita à composição formal e visível dos partidos), vem explicando a realidade partidária norte-americana de uma maneira mais abrangente.

São três os pontos que precisam ser considerados aqui para se entender melhor o que a abordagem do partido expandido entende por partidos políticos. Em primeiro lugar, é um grupo, geralmente composto por um conjunto de subgrupos, que busca utilizar-se do governo para promover seus próprios interesses e objetivos. Em segundo lugar, os indivíduos que formam os “subgrupos” do partido podem ser definidos por aqueles que controlam o partido tanto no que diz respeito às diretrizes e estratégias, como no processo de nomeação de candidatos. Por fim, o que confere o status de “partido político”, não é a posição ou associação formal, mas as relações que se dão entre diferentes indivíduos e grupos de indivíduos. Para Koger, Masket e Noel (2009, p. 29), por exemplo,

the defining characteristic of a party is cooperative behavior, not formal positions. Actors “join” the party when they begin communicating with other members of the network, developing common strategies and coordinating action to achieve shared goals.

O partido network parte do pressuposto de que partidos são “organizações” (SCHWARTZ, 1990). Essas organizações, no entanto, não se definem unicamente por estruturas formais, fixas ou hierárquicas, mas ao contrário, se definem por sua caracterís-

tica descentralizada, não hierárquica, fluida e cujos limites são bastante porosos⁶. Mais especificamente, essa organização é composta por diferentes coalizões em diferentes níveis (*multilayered coalitions*) (HERRNISON, 2009, p. 1.209). Essas coalizões não se restringem às lideranças formais, mas qualquer indivíduo ou grupo que mantenha uma relação direta com o partido em questão e que se utiliza dele para ganhar espaço na arena política e tentar impor uma determinada agenda baseada nos seus interesses e objetivos. Assim,

parties should not be defined in terms of leadership structures. They should be understood as we have just defined them: a coalition of interest groups, social group leaders, activists, and other policy demanders working to gain control of government on behalf of their own goals (COHEN et al., 2008, p. 6).

De fato, esse último ponto merece destaque. Por englobar mais do que meramente lideranças formais, a teoria do partido expandido abre espaço para outros interesses que não apenas eleitorais ou econômicos. Os objetivos dos indivíduos e grupos que fazem parte do partido não se restringem, portanto, a ganhar a eleição ou a construir uma carreira sólida e economicamente estável através do serviço público. Ao englobar ativistas, ideólogos, grupos de interesse, entre outros, essa abordagem abre espaço para que a ideologia também seja contemplada e sua agenda utilizada como um objetivo a ser buscado na política através do partido. A direita religiosa, por exemplo, através de lideranças formais e informais como Pat Robertson, Jerry Falwell e Ralph Reed, e por meio de organizações como a Christian Coalition,

6 Nesse ínterim, é importante mencionar que o sistema partidário norte-americano é bastante diferente do brasileiro. O partido político é uma organização extraconstitucional que não possui estatuto ou associação formal. Além disso, em função do federalismo prevalente, os partidos são altamente descentralizados.

braço do partido Republicano nas eleições de 1988, é atualmente identificada com o Partido Republicano. Se levarmos em conta que a direita cristã, através de organizações, ativismo social, mídia e determinadas lideranças não só já alcançou a eleição e nomeação à presidência pelo partido de indivíduos atrelados aos seus ideais, mas que também promove, financia, participa do processo de nomeação e atua em conjunto nas proposições partidárias de temas tão polarizados como aborto, homossexualidade e casamento (DIAMOND, 1998, 1989; GREEN, 2007; GREEN; ROZELL; WILCOX, 2007; WILCOX, 1992; MARTIN, 1996; NOLL, 1990; REICHLEY, 2002), passaria a ser considerada como parte do Partido Republicano se usarmos as lentes oferecidas pelo partido expandido. Esses indivíduos e grupos, de acordo com o postulado dessa abordagem, não estão ali para representar exclusivamente o “povo”, ou com o objetivo último de eleição e de carreira política. Há um componente ideológico que não pode ser dissociado: o interesse reside, principalmente, na imposição de uma determinada agenda, nesse caso, de uma agenda normativa baseada na moralidade cristã. A defesa dessa agenda, ainda que incorra em fracasso eleitoral por causa da falta de ressonância com o público eleitor, pode ser visto como um objetivo importante dos seus expoentes. De acordo com Bawn et al. (2012, p. 571),

we propose a theory of political parties in which interest groups and activists are key actors, and coalitions of groups develop common agendas and screen candidates for party nominations based on

loyalty to their agendas. This theoretical stance contrasts with currently dominant theories, which view parties as controlled by election minded politicians. The difference is normatively important because parties dominated by interest groups and activists are less responsive to voter preferences.

O partido network, assim, explica a polarização partidária a partir da seguinte lógica: os partidos estão mais polarizados ideologicamente, ao contrário da população, e sob risco de punição eleitoral, porque não é constituído unicamente de profissionais *office seeking*, mas também de *intense policy demanders* cujo objetivo, como o nome sugere, está na exigência e na imposição de determinadas políticas. A polarização ocorre, portanto, por uma lealdade extremada a determinadas ideologias, agendas e interesses.

Estudos feitos nesse âmbito vêm mostrando que o processo de nomeação é amplamente definido por esses IPDs (COHEN et al., 2001, 2008; BAWN et al., 2012; SCHWARTZ, 1990; NOEL, 2012b). Ao invés de líderes formais partidários, as nomeações são feitas em um processo iniciado na primária “invisível”⁷ e, posteriormente, nas primárias de fato, tendo como expoentes ativistas sociais, grupos de interesse e organizações diversas que incluem, por exemplo, os controversos grupos 527s⁸. Por participarem do processo de nomeação, esses grupos não só escolhem determinados candidatos, como proveem a eles todos os tipos de recursos possíveis: fundos, propaganda e *expertise*. A retribuição, no entanto, é a lealdade a determinada agenda. Por atuarem diretamente no processo de nomeação, os IPDs, assim,

7 As primárias invisíveis podem ser definidas como “a long running national conversation among members of each party coalition about who can best unite the party and win the next presidential election” (COHEN et al., 2008, p. 13-14)

8 Os 527s são considerados braços dos partidos norte-americanos atualmente. Depois da reforma BCRA, essas organizações vieram representar um novo veículo para recebimento e distribuição de recursos para campanhas eleitorais.

escolhem candidatos leais as suas agendas políticas, interesses e ideologias:

In making nominations, the groups that constitute parties go beyond merely pressuring candidates to adopt positions closer to their own than most voters might prefer. They define basic party positions, decide how much electoral risk to take in pursuit of these positions, and choose which candidates to put forward under the party banner. Their purpose is to place reliable agents in government offices. Thus, intense policy demanders expect that their nominees will, if elected, provide loyal service on matters large and small (COHEN et al., 2008, p. 31).

Para Masket (2012), lideranças partidárias formais se comportam de maneira extrema por dois motivos: primeiro, foram escolhidos para apresentarem esse comportamento (a sua lealdade a determinada agenda política foi a causa da sua eleição), e, segundo, temem mais a falta de apoio dos IPDs do que dos eleitores. Ou seja, funcionando como uma “porta” no processo de nomeação, teme-se mais o fato de não entrar no processo em uma próxima eleição por conta de IPDs insatisfeitos, do que de ser mal visto pelos eleitores em geral.

A lógica na qual a teoria do partido network opera é a seguinte: IPDs, como qualquer grupo, têm interesses próprios (que não são exclusivamente materiais). A melhor maneira de se conseguir alcançá-los é através da política: “they need things from government – changes in social policy, public contracts for sympathetic business, and so on – but can’t get those things by themselves” (MASKET, 2012, p. 16). Ao invés de encarnar o papel típico de *outsider* – pressionar ambos os partidos para o cumprimento de suas agendas; os IPDs tomam para si a condução e as rédeas da política através do partido. O partido político é, assim, um veículo para imposição de determinados interesses e agendas. O postulado da teoria do partido

expandido, portanto, não se limita ao partido propriamente, mas à própria concepção de democracia. O que se percebe não são ideologias e posicionamentos políticos que refletem uma maioria na população, mas, ao contrário, refletem determinados segmentos da população. De acordo com esses mesmos autores, “across the entire span of American history, parties behave in the same basic way – as vehicles by which the most energized segments of the population attempt to pull government policy toward their own preferences” (COHEN et al., 2008, p. 7).

De fato, o fenômeno não parece ser recente. Bawn et al. (2012) fazem uma discussão inicial a respeito da criação de partidos políticos em uma sociedade imaginária, antes de adentrarem no estudo sobre a formação dos partidos políticos norte-americanos. No exemplo hipotético, a sociedade imaginada não possui partidos políticos. É governada por um presidente por decreto e prepara a primeira eleição presidencial. Dentro dessa sociedade, quatro grupos de *intense policy demanders* se organizam para promover políticas que os beneficiam, mas impõem custos à sociedade como um todo. Os pastores de ovelha, por exemplo, buscam uma maior tarifa na importação de lã; os professores, melhorias nas escolas e prioridade na educação; os fazendeiros de café, melhorias nos transportes para distribuição de café em áreas remotas; e, por fim, os religiosos, a proibição da venda de álcool nessa sociedade. Os grupos resolvem se unir, formando uma coalizão, e nomear um candidato comprometido com os ideais e interesses de todos os quatro. O candidato, assim, é eleito sem dificuldade. Algumas de suas medidas, no entanto, como a proibição de álcool, prejudica um determinado setor da sociedade, até então desinteressado da política: os proprietários de *saloons*. Percebendo que os professores estão insatisfeitos com a crescente intromissão dos

religiosos no currículo das escolas, e os fazendeiros de café estão sendo penalizados pelas crescentes leis protecionistas empunhadas pelos pastores de ovelha, os proprietários de *saloons* aproximam-se desses. Esses três grupos: os proprietários de *saloons*, professores e criadores de café, formam, então o “Freedom Party” para disputar as próximas eleições. O então presidente, com o apoio dos religiosos e pastores de ovelha, busca a reeleição através do nome de “Heritage Party”. Conforme as disputas eleitorais ocorrem, dois programas, com visões de mundo diferentes, começam a tomar forma: o programa “conservador”, que busca proteger e restaurar a tradição de uma sociedade religiosa de pastores; e o programa “liberal”, orientado para a valorização do capital humano e infraestrutura para competição na economia global. Alguns eleitores, desinteressados dos interesses dos grupos que aí competem são atraídos pelos partidos por determinados valores apresentados, como “igualdade” ou “ordem social”, por exemplo. As ideologias representadas pelo conservadorismo e pelo liberalismo ajudam os grupos a refletirem no eleitorado uma ideia de homogeneidade, uma ideia fictícia de que todos os grupos que fazem parte do mesmo partido têm os mesmos objetivos.

Ainda que um exemplo simplista e hipotético, a discussão anterior retrata alguns pontos típicos no entendimento de partidos políticos pelo partido network, dentre eles: a formação de partidos através de coalizões de grupos com interesses distintos, a imposição de políticas direcionadas a esses grupos e, por fim, a caracterização do eleitorado, entendido como relativamente alheio à dinâmica partidária. Esse último ponto merece ser melhor explicado já que é, também, um dos alicerces no quais a abordagem do partido expandido se sustenta.

A abordagem do partido network postula que os eleitores, longe de reagirem de

maneira “racional” e calculada no momento do voto, são constrangidos e influenciados por uma série de fatores e características aleatórias e por um relativo desconhecimento sobre posicionamentos políticos, partidos e líderes partidários. Contrariando o *Median Voter Theorem* (BLACK, 1948; DOWNS, 1999) – que postula que a competição eleitoral tenderia a levar os partidos para o centro por buscar angariar o maior número de votos e, assim, alinhar-se com os eleitores centristas que são, por sua vez, estratégicos e racionais no momento do voto – o estudo de Bawn et al. (2012) utiliza-se de variadas fontes de dados para demonstrar que o eleitor mediano, na sua maioria os *swing voters*, são influenciados por uma série de fatores aleatórios no momento de eleição e possuem pouca informação relativa às propostas e agenda política defendida. Nessas condições, o partido não precisa, necessariamente, ser responsivo às demandas da população e moderar suas posições, já que eventos tão aleatórios como os climáticos e a relativa ignorância acerca da agenda política são fatores a serem levados em consideração no momento da eleição.

Apesar disso, entende-se que eleitores não são “bobos”, como explicitava Key (1958). Mesmo o mais desinformado eleitor pode fazer escolhas com um alto grau de racionalidade. No entanto, na concepção do partido expandido, são poucos os indivíduos que possuem, efetivamente, interesse, disposição e conhecimento sobre a política. A relativa ignorância a respeito da política nessa parcela da população (*swing voters*), aliada a uma série de influências externas e aleatórias, beneficiaria, nessa concepção, a defesa de políticas mais extremistas já oportuniza ao partido vencer a eleição mesmo com candidatos e agenda política mais extremados (BAWN et al., 2012, p. 577). Essa tendência, ou seja, esse espaço em que o agregado de eleitores

não direcionam suas preferências por falta de conhecimento, é chamado de “electoral blind spot”. Para Bawn et al. (2012, p. 571),

most studies of parties assume that voters can judge which party offers more of what they want, implying that parties must construct programs with a keen eye to voter satisfaction. We regard this assumption as unrealistic. In its place we theorize an ‘electoral blind spot’ within which voters are unable to reliably ascertain policy positions or evaluate party performance.

Reconhecendo, portanto, o *electoral blind spot* e as inúmeras influências aleatórias que contribuem para o resultado final da votação, a abordagem feita pelo partido network entende que o partido explora tais complexidades em benefício próprio, qual seja, na imposição de interesses e objetivos próprios dos grupos e subgrupos que o compõem.

Cabe aqui colocar que o partido network, apesar de privilegiar “grupos” ao invés de “lideranças partidárias formais” na condução e caracterização do partido, reconhece o importante papel que esses últimos desempenham. No entanto, ao invés de postular uma independência destes no que diz respeito aos seus posicionamentos e objetivos, os líderes partidários são vistos como reflexos dos grupos de IPDs que operam no partido, seja porque foram escolhidos por esses últimos, seja porque fazem parte, eles mesmos, dos grupos que lá operam. Desse modo, ainda que sejam os mais visíveis nos partidos (já que são *full time professionals* nesse âmbito), eles raramente agem de maneira independente ou autônoma às preferências dos grupos de IPDs e das coalizões formadas, nas quais o partido se define.

É importante lembrar que o partido político, nessa abordagem, serve tão somente como um veículo para se atingir um objetivo: “Parties are means to an end, and

the end is the group’s own policy agenda”. Diferentes grupos cooperam entre si, desde que a cooperação sirva aos seus interesses. Dificilmente um único grupo vai ter força suficiente para formar um partido ou, se já formado, para comandá-lo sozinho. Na maioria dos casos, é preciso coalizões com outros grupos. No entanto, mesmo que trabalhando em conjunto, grupos de IPDs não colocam o partido acima dos seus próprios objetivos e interesses. É esse tipo de característica que faz que os partidos reflitam comportamentos e posicionamentos mais extremados, irresponsivos às demandas do eleitor mediano. Para Cohen et al. (2008, p. 36),

it is natural to think of parties in a two-party system as majoritarian. Ours however, are not. They want to win elections, but they do not necessarily wish to represent a majority of voters. As a by-product of their wish to govern, parties must offer a degree – perhaps a large degree – of responsiveness to popular majorities, but responsiveness to voters is not why parties exist. They exist to achieve the intense policy demands of their constituent groups.

Dois estudos realizados (COHEN et al. 2008, BAWN et al. 2012) visam corroborar com essa hipótese, qual seja, de que os partidos existem tão somente para servir de veículo para determinados grupos de IPDs. Em ambos os trabalhos buscou-se fazer um estudo qualitativo baseado em literatura histórica e análise de documentos para mostrar que os partidos norte-americanos surgiram não pelas mãos de algumas poucas lideranças, mas por coalizões de grupos e indivíduos IPDs.

Nesse sentido, é importante mencionar aqui que a visão canônica nos Estados Unidos sugere que os partidos políticos são criações de indivíduos e a emergência desses na história dos Estados Unidos poderia ser atribuída a determinadas lideranças (o demo-

crata Van Buren e o republicano Chase, por exemplo), geralmente *office seekers* estratégicos, racionais e ambiciosos que viam como objetivo principal a eleição; ou seja, uma percepção *candidate centered*, típica da abordagem da escolha racional. Em especial, essa versão expõe o modelo de Aldrich (1995), que postula que os *office seekers* buscam fazer uma longa coalizão que passa a ser a base do novo partido político. Os estudos realizados por Cohen et al. (2008) – e confirmados por Bawn et al. (2012) – no entanto, mostram que a formação dos quatro maiores partidos na história estadunidense (Federalistas, Republicanos Jeffersonianos, Democratas e Republicanos), não seguiu esse modelo. Em todos os quatro casos, *office seekers* tiveram um papel importante na criação dos partidos (em especial Chase e Van Buren), mas não foram esses os únicos atores. Grupos e indivíduos com interesses próprios, de acordo com o estudo feito, foram os responsáveis pela formação dos quatro partidos norte-americanos, relegando aos *office seekers* um papel meramente colaborativo.

3.2. O papel do político e dos grupos de IPDs, e a relação entre partidos e democracia

Entendamos ou não que os partidos políticos estadunidenses foram criados por grupos de IPDs e que, portanto, não podem ser entendidos ou definidos em separado destes, o fato é que esses estudos são notáveis por trazer à tona elementos tipicamente não considerados no estudo de partidos políticos. A abordagem do partido network inova ao trazer para um patamar mais elevado fatores até então considerados externos ao partido político. De maneira sucinta, a utilização dessa abordagem implica uma percepção distinta a respeito de três pontos fundamentais: o papel do político, o papel dos grupos de IPDs e a relação entre partidos e democracia.

A respeito do primeiro ponto, a abordagem do partido expandido não minimiza o papel dos políticos. São eles os responsáveis pela organização das suas campanhas, representam o partido no legislativo e executivo, tomam iniciativas na organização interna do partido, buscam consolidar suas carreiras políticas etc. Para Cohen et al. (2008), as lideranças partidárias formais, na abordagem do partido network, desempenham os mesmos papéis que em uma abordagem *candidate centered*. No entanto, a abordagem do partido expandido prevê um número maior de atores componentes do partido político que não se limita às lideranças formais partidárias. Além disso, os objetivos eleitorais dos políticos não são a preocupação central do partido: os objetivos dos subgrupos de IPDs são centrais. Assim, os políticos trabalham em conjunto com esses grupos para alcançá-los.

Com relação aos grupos, conforme já foi mencionado, essa abordagem do partido network tem raízes na tradição do pluralismo e, mais especificamente, da teoria dos grupos. No entanto, ao contrário do postulado clássico que separava os grupos do partido político, o partido expandido os incorpora. É importante lembrar, ainda, que essa incorporação não é exclusiva dessa abordagem emergente. Key (1958), por exemplo, apontava que o partido político pode ser tão somente uma máscara para determinados grupos. Já Herring (1968), considerava que o sistema partidário poderia ser definido como uma combinação de facções e interesses. Merriam e Gosnell (1929), que apesar de não serem considerados parte da literatura voltada para a teoria dos grupos, já atentavam, no início da década de 1920, para a relação intrínseca entre grupos, interesses e partidos, afirmam: “The broad basis of the party is the interests, individual or group, usually group interests, which struggle to translate themselves

into types of control through government” (MERRIAM; GOSNELL, 1929, p. 2). A abordagem do partido expandido, portanto, possui raízes antigas ao entender o partido político de maneira mais holística. Inova, no entanto, na busca por maior empiria e cientificidade nos estudos propostos através do uso de uma gama variada de metodologias e técnicas para demonstrar que, de fato, grupos de interesse e ativistas (IPDs, de maneira geral), são atores principais nos partidos políticos já que buscam, através desse veículo, disseminar seus objetivos e interesses.

Sobre a relação entre democracia e partidos, a abordagem que o partido expandido postula é bastante pessimista. Inexoravelmente, a percepção de partido atribuída pelo partido expandido não prevê uma relação entre partidos e democracia. Esses grupos e indivíduos buscam impor seus próprios interesses e ideologias, conforme já foi mencionado, mesmo que esses sejam alheios a grande parcela da sociedade. Como sugere Cohen et al. (2008, p. 36), “the parties we have theorized are not humble servants of democracy”. Não sendo servos ou “melhores amigos” da democracia (BAWN et al., 2012), os partidos políticos teorizados pelo partido expandido servem como um veículo, ou um elo, entre determinados setores da sociedade (geralmente os mais ativos em certo momento) e o governo. O entendimento proposto por essa abordagem resulta, portanto, em uma mudança normativa importante, já que partidos dominados por IPDs seriam menos responsivos às preferências dos eleitores (BAWN et al., 2012, p. 571).

Por refletir os interesses de determinada parcela da sociedade, geralmente os mais “energéticos” (COHEN et al., 2008), o partido político não reflete os interesses da maior parte da população. Ainda assim, não se pode inferir que o processo democrá-

tico estaria melhor servido sem os partidos. Para Bawn et al. (2012, p. 591), em uma sociedade na qual a política é um processo complexo e onde a maioria dos seus cidadãos possuem outras preocupações, partidos centrados em grupos, talvez seja o melhor que se possa buscar.

A utilização dessa abordagem, ao fim, implica novos rumos e campos de estudo no que diz respeito a partidos políticos, dentre eles, o estudo sobre grupos de interesse, ativistas sociais, *think tanks*, entre outros IPDs. É importante mencionar que, no momento em que se entende que grupos de IPDs são atores principais no partido político, automaticamente há a necessidade de se compreender a natureza dos seus interesses e das suas demandas. Os IPDs se definem justamente pela ideologia e pelo interesse que expõem. Assim, no momento em que se utiliza essa abordagem, a ideologia e a agenda política partidária ganham um espaço maior nos estudos a respeito de partidos. Ao utilizar-se do partido expandido, o foco de estudos deixa de ser ancorado em processos, regras, técnicas e estratégias e interesses individuais, e passa a englobar processos de nomeação, composição partidária, redes de relacionamento e ideologias e interesses.

4. Considerações finais

O trabalho aqui proposto buscou expor uma abordagem emergente na academia norte-americana nos estudos de partidos políticos. O partido network ascende justamente em um momento em que as abordagens então vigentes e, em específico, a noção racionalista downsiana não pode explicar adequadamente um fenômeno recente na política norte-americana: a crescente polarização partidária. Apropriando-se de conceitos básicos desenvolvidos pela teoria dos grupos, a abordagem do partido network

explica o fenômeno atual norte-americano a partir de uma concepção distinta de partidos que engloba atores outros que não exclusivamente os formais. O partido, nesse sentido, nada mais é do que uma organização na qual diferentes indivíduos e grupos de indivíduos atuam a partir de redes de relacionamento.

É importante perceber, no entanto, as limitações dessa abordagem. Uma importante deficiência está na falta de uma linha de demarcação clara entre o que constitui ou não o partido político, afinal o partido expandido se define justamente por fronteiras “porosas” no que diz respeito à composição partidária. No entanto, por apresentar-se a partir de uma forma mais holística e abrangente (incluindo atores que não meramente os formais), permite um entendimento mais aprofundado das várias dinâmicas que se tem na composição e organização do partido político. Conforme os estudos apresentados mostram, as dinâmicas internas e composição partidária não se definem a partir de um entendimento meramente formal e hierárquico de partido político, mas possuem como forças motrizes atores outros que não os líderes formais, e estratégias outras que não unicamente eleitorais. Entende-se, nesse sentido, que esse tipo de abordagem pode vir a ser uma ferramenta útil para o entendimento e caracterização das mudanças ideológicas que ocorrem nos partidos políticos, culmi-

nando em uma polarização partidária sem precedentes nos Estados Unidos, haja vista que análises centradas nos líderes formais do partido unicamente (*candidate centered*) tendem a ser mais limitadas e, portanto, incompletas na explicação desse fenômeno.

Além disso, a abordagem do partido expandido abre um novo leque de estudos cujo foco debruça-se sobre os IPDs e a relação entre setores da sociedade e o sistema político. Como consequência, aspectos como ideologia, posicionamento no espectro político, interesses e agenda partidária são contemplados de maneira mais robusta no estudo de partidos políticos. Assim, o que esses estudos sugerem é que, independentemente de como o partido seja caracterizado e qual referencial teórico seja utilizado, determinados indivíduos e grupos de indivíduos, tipicamente considerados externos à concepção clássica e *candidate centered* de partido político, detêm um papel importante na composição e ideologia que o partido exporta. Considerando-os parte ou não dos partidos, esses atores não devem ser negligenciados no estudo daqueles sob o risco de se obter uma compreensão incompleta do fenômeno a ser estudado. O partido network, assim, significa uma nova abordagem nos estudos partidários que, ao tratar do tema de maneira mais holística, abarca aspectos e enfoques até então pouco contemplados nessa área de trabalho.

Referências

- ALDRICH, J. *Why Parties? The origin and transformation of political parties in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- ANSOLABEHERE, S.; SNYDER, J.; STEWART, C. Candidate positioning in U.S. house elections. *American Journal of Political Science*, Malden, v. 45, n. 1, p. 136-159, jan. 2001.
- AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION. *The American political science review*. Toward a more responsible two party system: a report of the committee on political parties. Washington, 1950.

- BAYLOR, C. First to the party: the group origins of the partisan transformation on civil rights, 1940-1960. *Studies in American Political Development*. Cambridge, v. 27, p. 1-31, out. 2013.
- BAWN, K. et al. A theory of political parties: groups, policy demands and nominations in American politics. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v. 10, n. 3, p. 571-597, set. 2012.
- BENTLEY, A. F. *The governmental process: a study of social pressures*. Chicago: The University of Chicago Press, 1908.
- BERNSTEIN, J. Party network research, factions, and the next agenda. STATE OF THE PARTIES CONFERENCE, Ohio, 2005. Disponível em: <<http://economiceducation.us/bliss/docs/state-of-the-parties-documents/Bernstein.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2015.
- BLACK, D. On the rationale of group decision-making. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 56, p. 23-34, 1948.
- BLACK, E.; BLACK, M. *Divided America*. New York: Simon & Schuster, 2007.
- BREWER, M. D.; STONECASH, J. M. *Dynamics of American political parties*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- BRODER, D. *The party's over: the failure of politics in America*. New York: Harper and Row, 1972.
- BURKE, E. *Thoughts on the cause of the present discontents*. 3. ed. London: J. Dodsley, 1899.
- CANES-WRONE, B.; BRADY, D.; COGAN, J. Out of step, out of office: electoral accountability and house member's voting. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 99, n. 1, p. 127-140, mar. 2002.
- CARMINES, E.; STIMSON, J. On the structure and sequence of issue evolution. *American Political Science Review*, Cambridge, n. 80, p. 901-920, 1986.
- _____. *Issue evolution: race and the transformation of American politics*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- _____. Beating reform: the resurgence of parties in presidential nominations, 1980 to 2000. In: *American Political Science Association and Midwest Convention*. Washington, 2001. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/csdp/events/Zaller021102/Zaller.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2015.
- COHEN, M. et al. *The party decides: presidential nominations before and after reform*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.
- _____. *Spiritual Warfare*. Boston: South End Press, 1989.
- DIAMOND, S. *Not by politics alone*. New York: Guilford Press, 1998.
- DOMINGUEZ, C. Groups and party coalitions: a network analysis of overlapping donor lists. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, Washington, set. de 2005. Disponível em <<http://home.sandiego.edu/~caseydominguez/groupspartycoalitions.pdf>> Acesso em 12 nov. 2015.
- DOWNES, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- FEINSTEIN, B.; SCHICKLER, E. Platforms and partners: the civil rights realignment reconsidered. *Studies in American Political Development*, Cambridge, n. 22, p. 1-31, spring 2008.
- FIORINA, M. P. What happened to the medium voter? In: MIT CONFERENCE ON PARTIES AND CONGRESS, Cambridge, 1999. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~mfiorina/Fiorina%20Web%20Files/MedianVoterPaper.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2015.
- _____. *Culture war? The myth of a polarized America*. New York: Pierson Longman. 2005.

- _____. Americans have not become more politically polarized. *The Washington Post*, Washington, 23 jun. 2014.
- FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. Political polarization in the American public. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, 2008. Disponível em: <<http://www.acsu.buffalo.edu/~jcampbel/documents/AnnualReviewFiorina.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- GREEN, J. *The faith factor*. Westport: Praeger, 2007.
- GREEN, J.; ROZELL, M.; WILCOX, C. *The values campaign?* Washington: Georgetown University Press, 2007.
- HEANEY, M. et al. Polarized networks: the organizational affiliations of national party convention delegates. *American Behavioral Sciences*. v. 56, n. 2, p. 1654-1676, 2012.
- HERRING, P. *Group Representation Before Congress*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1929.
- _____. *The politics of democracy: American parties in action*. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1968.
- HERRNSON, P. The roles of party organizations, party-connected committees, and party allies in elections. *The Journal of Politics*, Chicago, v. 71, n. 4, p. 1207-1222, out. 2009.
- KAROL, D. *Party position change in American politics: coalition management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- KEY, V. O. *Politics, parties and pressure groups*. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1958.
- KOGER, G.; MASKET, S.; NOEL, H. Partisan webs: information exchange and party networks. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 39, n. 3, p. 633-653, 2009.
- LAYMAN, G. *The great divide: religious and cultural conflicts in American party politics*. New York: Columbia University Press, 2001.
- LEVENDUSKY, M. *The partisan sort*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.
- MANN, T. E.; ORNSTEIN, N. J. *It's even worse than it looks*. New York: Basic Books, 2012.
- MARTIN, W. *With God on our Side*. New York: Broadway Press, 1996.
- MASKET, S. *No middle ground: how informal party organizations control nominations and polarize legislatures*. Michigan: The University of Michigan Press, 2012.
- _____. It takes an outsider: extralegislativa organization and partisanship in California. *American Journal of Political Science*, Malden, v. 51, n. 3, p. 482-497, jul. 2007.
- MAYHEW, D. *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University Press, 1974.
- MCCARTY, N.; POOLE, K. T.; ROSENTHAL, H. *Polarized America*. London: The MIT Press, 2006.
- MERRIAM, C. E.; GOSNELL, H. F. *The American party system: an introduction to the study of political parties in the United States*. New York: The Macmillan Company, 1929.
- NOEL, H. The coalition merchants: the ideological roots of the civil rights realignment. *The Journal of Politics*, Chicago, v. 74, n. 1, p. 156-173, jan. 2012a.
- _____. Toward a network's theory of political parties: a social network's analysis of internal party cleavages in presidential nominations. In: AMERICAN POLITICAL PARTIES: PAST, PRESENT AND FUTURE CONFERENCE. Charlottesville. Setembro de 2012b. Disponível em: <<http://faculty.virginia.edu/jajenkins/Noel.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

- NOLL, M. *Religion and American politics*. New York: Oxford University Press, 1990.
- PIERSON, P.; HACKER, J. *Off center: the republican revolution and the erosion of American democracy*. New Haven: Yale University Press, 2005.
- REICHLEY, J. *Faith in politics*. Washington: Bookings Institution Press, 2002.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. *Party government*. New York: Rinehart and Company, Inc., 1942.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHWARTZ, M. *The party network: the robust organization of Illinois republicans*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1990.
- SINCLAIR, B. *Party wars*. Oklahoma: Oklahoma University Press, 2006.
- SKINNER, R.; MASKET, S.; DULIO, D. 527 Committees, formal parties, and party adaptation. *The Forum*, Nova York, v. 11, n. 2, p. 137-156, 2013.
- _____. 527 Committees and the political party network. *American Politics Research*, Urbana-Champaign, v. 40, n. 1, p. 60-84, 2012.
- STONECASH, J. M. (Ed.) *New directions in American political parties*. New York: Routledge, 2010.
- THE FEDERALIST PAPERS. n. 9-10. 1787-1788. Disponível em <http://en.wikisource.org/wiki/The_Federalist> Acesso em 12 nov. 2015.
- TRUMAN, D. *The governmental process: political interests and public opinion*. New York: Alfred A. Knopf, 1968.
- WILCOX, C. *God's Warriors*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1992.

Resumo

A abordagem do partido network no estudo de partidos políticos

O trabalho aqui proposto busca expor as origens e esclarecer os postulados próprios da abordagem do partido network (*party network*) no estudo de partidos políticos. Contrariando a teoria da Escolha Racional e ascendendo na academia norte-americana em função de suas variáveis explicativas no que diz respeito à polarização partidária atual nos Estados Unidos, essa abordagem emergente contribui para um novo entendimento e novos focos de apreensão nos estudos partidários, em especial em relação à composição, organização e dinâmicas partidárias.

Palavras-Chave: Partido Network; Partido Expandido; Partidos; Teoria dos Grupos; Composição Partidária.

Abstract

The party network approach in studies of political parties

The article seeks to expose the origins and elucidate the postulates of the Party Network approach in the study of political parties. Contrary to the Rational Choice theory and emerging in the American academy for its explanatory variables when dealing with the current party polarization in the United States, this emerging approach contributes to new understandings and new perspectives in the studies on political parties, especially in what concerns to party composition, organization, and dynamics.

Keywords: Party Network; Expanded Party; Political Parties; Group Theory; Party Composition.

Résumé

L'abordage du parti network dans l'étude des partis politiques

Cet article a pour but de présenter les origines et aussi de clarifier les postulats propres à l'approche du Parti network (*party network*). En contredisant la théorie du choix rationnel et en prenant de l'importance dans le milieu universitaire américain, principalement en fonction de ses variables explicatives part rapport à la polarisation partisane actuelle aux États-Unis, cette approche émergente contribue à une nouvelle compréhension et à de nouveaux points de vue dans les études des partis politiques, en particulier en ce qui concerne leur composition, leur organisation et leur dynamique.

Mots-clés: parti Network; Parti Élargi; Partis; Théorie des groupes; Composition partisane.